|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL - SÚMULA** | | | | | |
| **Data: 17/06/2016** | | | | | |
| **Hora início:** 10h | | | **Hora de término:** 13h | | |
| **Local:** Sede do CAURS: Rua Dona Laura, 320 – Sala de reuniões do 15º andar. | | | | | |
| **PRESENTES:**  O Coordenador da Comissão Carlos Eduardo Mesquita Pedone, a Coordenadora Adjunta Silvia Barakat, os Conselheiros titulares Roberto Luiz Decó, Rosana Oppitz e Oritz Adriano Adams de Campos; a Gerente Técnica Maríndia Girardello, o Gerente Rodrigo Jaroseski e a Supervisora do Memorial Sabrina Lopes Ourique. | | | | | |
| **PAUTA** | | | | | |
| 1. **Discussão sobre sustentabilidade:** | | | | | |
| O Coordenador Pedone apresentou documentação de pesquisa feita por ele e equipe, com o título: Instrumentos de desenvolvimento e sustentabilidade urbana de Adir Ubaldo (informou o link de acesso a esse material em e-book e solicitou à secretaria o envio aos demais conselheiros). Entende que, para propor um projeto de lei, deveria ser a partir de um estudo de caso, elaborar alguma sugestão para um projeto de lei. Deve ser antes estabelecida a metodologia. O Conselheiro Oritz sugere olhar material da ONU. Oritz sugere conceituação: o que é tecnologia para sustentabilidade e, definir se vai ser restringido o âmbito, ou não. Conselheiro Osório acha que partir para um caminho sem definir o que buscar fica ruim. Coordenador Pedone informa que, por um lado, este trabalho pode subsidiar o deputado e, por outro lado, produzir um texto, uma carta, para discussão com os prefeitos. Oritz indica a busca de contato com os colegas das universidades que têm projetos de pesquisas relacionadas a esse tema, identificá-los, fazer visita para conversar, caso estejam em Porto Alegre. Conselheira Silvia lembrou da Casa Passiva, em Pelotas, que poderia contribuir. Nossa função seria fazer um link com a universidade. Silvia informa que Klaus Bohne tem o grupo de trabalho da ASBEA. Coordenador Pedone esclareceu que isso surgiu da visita da Conselheira Rosana ao senador Lasier Martins, em que ele propôs que encaminhássemos uma proposta para um Projeto de Lei - PL com incentivos para empresas nacionais que produzem tecnologias sustentáveis, porém isso já é bem lá na ponta. Pedone propõe dar um passo para trás, olhando Plano Diretor, Planos Integrados para regiões metropolitanas, porque o estatuto da metrópole exige que os planos diretores contemplem esse aspecto.  A região metropolitana da serra gaúcha já tem um grupo de estudos para preparar um plano integrado. O CAU poderia fazer um documento para levar a esse grupo. Contribuindo, em paralelo às atividades mais rotineiras, para organizar esse material, indicou que ninguém vai produzir esse conhecimento aqui (na comissão), entretanto serão reunidos o que hoje são os conceitos mais modernos para introdução, marco teórico, marco legal, entre outros, dando subsídios para um TD – Textos para Discussão, se houver interesse do grupo. Conselheiro Decó acha importante ficar no âmbito da arquitetura, pois assuntos como a questão energética extrapolam as competências do conselho. Coordenador Pedone indica que se restringiria no ordenamento territorial (áreas verdes, setores ecológicos, parâmetros urbanísticos como a taxa de cobertura vegetal associado ao índice de permeabilidade). Oritz relata que o grande problema é a implementação, pois no momento em que a política entra a parte técnica fica em segundo plano. Coordenador Pedone diz que em Caxias do Sul está sendo respeitado o que o grupo técnico sugere, visto que há uma seriedade em termos de transparência. São 13 municípios. Oritz sugere a criação de um GT com participação externa de professores, técnicos e sociedade civil, além de empresas, iniciativas, etc.  **DECIDIDO**: começar buscando informações sobre o material existente - compilar material – o que há mesmo de legislação sobre isso – federal; estadual e municipal - com a finalidade de fazer uma publicação sobre isso – artigo para orientação da revisão dos planos diretores; livro do CAU – utilizando o auxílio do GT para tratar dessa publicação. Coordenador Pedone indica que os conselheiros vão realizar pesquisas, divididos da seguinte forma:   * Conselheiros Pedone e Rosana: organização do material compilando as partes do material; * Conselheiros Decó e Osório: recuperação dos materiais existentes sobre EIV; * Conselheiro Oritz: fará contribuições buscando dados no PROPUR - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e indicadores da ONU; * Conselheira Silvia: fará contato com a Casa Passiva e com o arquiteto e urbanista Klaus Bohne.   Objetivos principais: ter um texto de referência para os planos diretores, para os planos integrados, pontos de referência para as prefeituras.  Objetivos específicos: publicação do CAU com parâmetros de sustentabilidade.  Conselheiro Osório, que participa do CMDUA, indicado pela secretaria – pode colaborar também com a revisão do solo criado, como esse instrumento se insere no planejamento da cidade.  Foi indicada pela comissão a seguinte listagem de referências para auxílio neste trabalho: João Rovatti, Klaus Bohne, Julio Celso Borello Vargas, André Zeni, Casa Passiva.  Em primeiro lugar devem ser juntadas as contribuições.  A comissão decide enviar um memorando à Presidência solicitando autorização para publicação de artigos no âmbito da sustentabilidade na dimensão do planejamento urbano e regional.  Ver com as entidades de arquitetos se tem indicações e nomes ou trabalhos nessa área. | | | | | |
| **Providências/Encaminhamentos** | | | | | |
| **Solicitante** | **Ação** | | | **Responsável** | |
| CEP | Juntar material – compilar legislação existente (federal, estadual e municipal) Estatuto da Cidade e o Estatuto da Metrópole, novo texto do código florestal, de 2012, Lei da Mata Atlântica, Plano Nacional de Mobilidade Urbana, além de conceitos mais modernos, pesquisas existentes ou em andamento. | | | Coordenador Pedone e Conselheira Rosana receberão os dados dos demais conselheiros (conforme contribuições especificadas). A Assessora Maríndia centralizará os arquivos, conforme envio pelo Coordenador da comissão. | |
| CEP | Fazer um memorando à Presidência solicitando autorização para publicação de artigos no âmbito da sustentabilidade na dimensão do planejamento urbano e regional. | | | Secretaria Técnica | |
| Conselheiro Pedone | Enviar e-book de Caxias para os conselheiros. | | | Sabrina | |
| 1. **Assuntos Gerais:** | | | | | |
| 2.1. RDA – preparação para evento de Agosto;  É fundamental levar um caminho de solução.  A advogada Suzana pensou em algumas coisas: estudou direito autoral, no que tange a diferença para o direito da propriedade industrial e, ficou com uma dúvida - o tijolo é um trabalho técnico da arquitetura, que caiba o registro de direito autoral no CAU? Ou seria no INPI, visto que o CAU não tem competência para conceder uma patente. Informa que o direito autoral nasce com a criação da obra, independe do registro e, o RDA é uma maior prova de anterioridade e autoria, porém é só uma presunção. Relata que o direito da propriedade industrial é diferente, pois ela entra no mérito, e o direito só nasce com um ato administrativo do INPI, no momento da concessão do direito, conferindo uma exclusividade de venda. A advogada Suzana acha que o indeferimento dos requerimentos de RDA é complicado, a menos que se entenda que o CAU não é destinatário de uma obra que não é arquitetônica. Oritz indica o deferimento de RDA após a apresentação do registro em órgão mais afim ao objeto, para os casos que não são obras arquitetônicas, mas sim objetos, como tijolos, bancos, etc. O Presidente em Exercício Joaquim acha que essa resolução deve ser extinta e que todos esses problemas devem ser levados na reunião de agosto. DECIDIDO: A advogada Suzana irá elaborar uma orientação jurídica para análise do requerimento de RDA da obra do arquiteto e urbanista Manoel Joaquim Tostes (tijolo).  Rotina de trabalho: sempre ter uma janela na pauta sobre RDA. Levar os processos para todas as reuniões até agosto, especificando:   * Quais se referem a obras de arquitetura, observando os documentos a solicitar. * Quais se referem à produção em série.   Enviar para Suzana o processo do arquiteto e urbanista Manoel Joaquim Tostes.  Encaminhar à Presidência uma autorização para solicitar à Assessoria Jurídica a argumentação legal acerca do requerimento de RDA do arquiteto e urbanista Manoel Joaquim Tostes, com a fundamentação jurídica para manifestação dos conselheiros na reunião nacional da CEP-CAU/BR a realizar-se em agosto, na qual deverá ser tratado especificamente da Resolução CAU/BR nº 67/2013 (RDA).  2.2. Revisão da planilha de providências.  Levar a planilha de providências atualizada para revisão das ações que não foram iniciadas e em andamento, respectivamente. Em um segundo momento as ações concluídas devem ser extraídas em relatório de gestão.  Pautar para a próxima reunião apresentação dos documentos que o Cássio está produzindo, dos POPs da fiscalização.  2.3. Caderno de fiscalização de Patrimônio Arquitetônico.  O Coordenador Pedone explanou ao Presidente em Exercício Joaquim que o caderno de fiscalização de Patrimônio Arquitetônico está quase pronto para impressão. Em paralelo será trabalhado um plano de fiscalização dessa área.  DECIDIDO: enviar o caderno de fiscalização de Patrimônio Arquitetônico para todas as comissões pertinentes, além da Assessoria Jurídica e demais setores envolvidos, para verificação do texto, e, quando estiver com tudo checado, enviá-lo à presidência para encaminhamento à agência E-21 visando à criação da arte.  Agrupar as contribuições da Gerência Técnica e dos demais interessados. Verificar com a Gerente Carla Ribeiro, quais setores devem analisar o documento. Preencher a folha de protocolo, conforme rito estabelecido.  Providenciar listagem dos bens tombados pelo estado e pelo IPHAN e pelos municípios – para subsidiar a fiscalização do patrimônio histórico.  2.4. O Presidente em Exercício Joaquim informou que suspendeu a realização no Rio Grande do Sul do Fórum do Habitat 3, agendado pelo CAU/BR em 28 e 29 de julho, porque não temos uma real ingerência sobre as ações, será um evento caro, não temos rubrica no plano de ação para fazer.  2.5. O Presidente em Exercício Joaquim explicou que, com relação à solicitação da CEP de uma visita ao comandante do corpo de bombeiros, vai encaminhar o assunto em conjunto com as entidades de classe, porque soube pela presidente do SAERGS que o Sindicato também está com um trabalho nesse sentido e, caso o problema não se resolva, acha que a única forma de conseguir alguma solução é ir para a imprensa. O CAU não pode liderar, mas pode estar junto com as entidades, inclusive para publicações na imprensa.  2.5. Sobre o site falso no facebook, ontem foi enviado ofício para a empresa.  2.6. A Advogada Suzana informou que as páginas do facebook foram resgatadas. | | | | | |
| **Providências/Encaminhamentos** | | | | | |
| **Solicitante** | | **Ação** | | | **Responsável** |
| CEP | | Encaminhar à Presidência uma autorização para solicitar à Assessoria Jurídica a argumentação legal acerca do requerimento de RDA do arquiteto e urbanista Manoel Joaquim Tostes, visando elaborando a fundamentação para a sua análise, além disso, a comissão solicita a fundamentação jurídica para manifestação dos conselheiros na reunião nacional da CEP-CAU/BR a realizar-se em agosto, na qual deverá ser tratado especificamente da Resolução CAU/BR nº 67/2013 (RDA). | | | Maríndia Girardello |
| CEP | | Enviar o processo do arquiteto e urbanista Manoel Joaquim Tostes para advogada Suzana, após a autorização da presidência. | | | Maríndia Girardello |
| CEP | | Atualizar a planilha de providências | | | Sabrina Ourique |
| CEP | | Enviar caderno de fiscalização de Patrimônio Arquitetônico por todas as comissões pertinentes, além da Assessoria Jurídica, para verificação do texto, e demais setores envolvidos, e, quando estiver com tudo checado, enviá-lo à presidência para encaminhamento à agência E-21 para criação da arte. | | | Maríndia Girardello |
| CEP | | Providenciar listagem dos bens tombados pelo estado e pelo IPHAN e pelos municípios – para subsidiar a fiscalização do patrimônio histórico. | | | Rodrigo Jaroseski |
| **PARTICIPANTES** | | **CARGO** | | | **ASSINATURA** |
| Carlos Eduardo Mesquita Pedone | | Coordenador da Comissão | | |  |
| Oritz Adriano Adams de Campos | | Conselheiro Titular | | |  |
| Roberto Luiz Decó | | Conselheiro Titular | | |  |
| Sílvia Monteiro Barakat | | Conselheira Titular | | |  |
| Osório Afonso de Queiroz Júnior | | Conselheiro Suplente | | |  |